



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6331 - Pôster - XIII Reunião Científica da ANPEd-Sul (2020)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 17 - Educação Ambiental

### EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOFEMINISMO: UM ESTUDO SOBRE O CONVÍVIO EM UM MOVIMENTO SOLIDÁRIO

Lisiana Lawson Terra da Silva - FURG/PPGEA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Andre Luis Castro de Freitas - Universidade Federal de Rio Grande - FURG

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

#### **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ECOFEMINISMO:**

#### **UM ESTUDO SOBRE O CONVÍVIO EM UM MOVIMENTO SOLIDÁRIO**

Este artigo tem como premissa compreender a Educação Ambiental como uma educação que contemple a análise das relações sociais, econômicas e políticas entre os seres humanos e a natureza, no intuito de superar os “mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos” (REIGOTA, 2014, p. 13). Com esta fundamentação optamos por balizar nosso trabalho em sua vertente crítica “compreendida como uma filosofia da educação que busca reorientar as premissas do pensar e do agir humano, na perspectiva de transformação das situações concretas e limitantes de melhores condições de vida dos sujeitos — o que implica mudança cultural e social” (LOUREIRO; TORRES, 2014, p. 138).

Nessa perspectiva, este trabalho tem como fundamento a compreensão de que o Movimento Solidário pesquisado, em cidade no sul do Rio Grande do Sul, constitui-se um espaço de alinhamento com a Educação Ambiental Crítica, uma vez que é um espaço político voltado para a reflexão crítica e a transformação social pautado nos princípios da Educação Popular. O espaço constitui-se como uma crítica ao modelo de sociedade capitalista o qual essa última é baseada na desigualdade e na competitividade, produzindo coletivos dominantes e coletivos oprimidos. Considera-se, ainda, um espaço de transformação no sentido de propiciar um ambiente e ferramentas intelectuais que contribuam para a autonomia e emancipação de seres humanos em vulnerabilidade socioambiental. O Movimento atende em torno de trinta famílias em situação de vulnerabilidade socioambiental, oriundas de uma das zonas do município mais impactadas social e economicamente.

A partir desse ponto de vista, a proposta é, preliminarmente, analisar o convívio entre as mulheres participantes do Movimento enquanto espaço de educação ambiental crítica. O convívio aqui é compreendido como diálogo e amorosidade dentro de uma concepção freiriana de educação, diálogo enquanto uma categoria essencial para uma educação crítica, problematizadora e amorosidade no sentido de afeto e compromisso com o outro.

Através desse convívio iremos mapear e produzir um diagnóstico dos desafios e problemas que essas mulheres enfrentam em seu cotidiano. Para, em seguida, construir de maneira coletiva um plano de ação que tenha como objetivo a resolução desses desafios e problemas construindo a autonomia do grupo, no que possa gerar a transformação social.

Para isso, acreditamos que os fundamentos teóricos da Educação Ambiental, assim como o viés interpretativo do Ecofeminismo abarcam tanto a necessária crítica ao modelo social capitalista e patriarcal baseado na opressão das mulheres e da natureza, quanto buscam formas alternativas de organização social contra-hegemônicas. Pensamos ainda que este trabalho no momento social e histórico atual, onde defesa e a garantia de direitos estão sendo questionados, irá contribuir para o estudo do campo da Educação Ambiental não androcêntrica e de perspectivas críticas que levem em consideração a crise socioambiental onde os mais vulneráveis estão expostos: mulheres e natureza.

Esta é uma pesquisa participante, uma vez que o Movimento é o lugar de trabalho desta pesquisadora, o que leva ao conhecimento prévio da realidade do grupo e com laços de amizade e confiança estabelecidos. Ou seja, a pesquisadora faz parte do grupo.

A pesquisa participante é caracterizada como uma investigação que combina ação e educação, uma vez que o processo investigativo leva à produção do conhecimento. Este tipo de pesquisa se constrói em oposição à pesquisa tradicional uma vez que a investigação não pode aceitar a distância tradicional entre sujeito e objeto. Ela não é neutra, nem a forma de produzi-la, pois há uma relação entre pesquisadora e grupo pesquisado, tal que essa pesquisadora está complementemente mergulhada no contexto a ser estudado.

Nesse sentido, compreendemos que o grupo tem experiências sociais e conhecimentos que não devem ser desperdiçados e estabelecemos uma nova relação entre teoria e prática, entendida esta última como a ação para a transformação. O próprio processo de pesquisa participativa é uma experiência educativa que serve para determinar e refletir acerca das necessidades da comunidade. Assim, conforme Demo (1995), é um processo permanente de investigação e ação, isto é, práxis, pois “esclarece e alimenta o processo de conhecimento” (p.116).

A partir da conscientização, enquanto conceito freiriano, buscamos construir com o grupo uma proposta, conforme Thiollent (1986), de pesquisa-ação, a qual tenha como objetivo desvelar as opressões e entrever um outro mundo possível por meio da educação popular. Para Carillo (2015) a pesquisa-ação enquanto pesquisa investigativa tem como um de suas vertentes a ação pedagógica ligada à teoria do conhecimento de Paulo Freire.

A ênfase da pesquisa-ação se dá em três pontos: a resolução de problemas, a conscientização dos problemas e a produção de conhecimento. Ela está dividida em três fases: 1º) Exploratória – momento em que acontecem os primeiros contatos com o grupo, a elaboração dos problemas prioritários, a formação do grupo, a escolha das formas de mapeamento de diagnóstico a serem utilizados; 2º) Seminário – momento em que a equipe de trabalho, o grupo de mulheres e a pesquisadora desenvolvem e organizam o mapeamento e o diagnóstico dos problemas para investigar, discutir e divulgar os problemas e 3º) Plano de ação – momento em que a equipe toma decisões e planeja ações concretas para a resolução dos problemas.

Retomando o Movimento, constatamos que historicamente os representantes das famílias atendidas são mulheres. Este fato nos leva a perceber um padrão social: são mulheres que estão fora do mercado de trabalho ou subempregadas e são responsáveis pelo cuidado da família ou são, elas próprias, chefes de família. Essas mulheres têm baixa escolaridade e baixa capacitação profissional. Esse contexto determina a falta de autonomia feminina uma

vez que lhes é negado o acesso em primeiro lugar à educação uma vez que a gravidez precoce retira muitas jovens da escola e em segundo lugar ao trabalho, já que com o cuidado da família e a baixa escolarização os postos de trabalho ficam restritos a empregos domésticos ou de meio turno.

Desta forma, a partir do convívio com as mulheres do Movimento Colmeia foi constatado, a priori, que o cuidado com o outro (humano e não humano), a maternidade e a consequente ligação das mulheres ao ambiente doméstico, levam à evasão escolar, à precarização do emprego e a pobreza feminina. Segundo essas mulheres, as questões acima agindo em conjunto e em dimensões variadas restringem o acesso delas à educação, à saúde e ao emprego, gerando com isso a subalternidade e a vulnerabilidade socioambiental feminina.

A partir desses fundamentos, a pesquisa busca responder a seguinte questão: o Movimento, enquanto pertencente ao campo da Educação Ambiental Crítica, pautado por uma educação libertadora e popular contribui de que maneira para a emancipação e autonomia das mulheres participantes?

Nesse sentido a relação dialógica estabelecida no Movimento, através de rodas de conversa procura, antes de tudo, proporcionar às mulheres um trabalho de conscientização de seu lugar no mundo e com o mundo. É a partir disso que a prática educativa se instaura, com a tomada de consciência e com uma educação transformadora

Para Freire (2016) a ideia de que todos sejam condicionados por uma cultura neoliberal, fatalista, não caracteriza a determinação por parte desta, tal que é possível agir para mudar, pois o futuro é uma possibilidade. Assim, pode-se e deve-se agir para mudar, pois o futuro não é inexorável. A prática educativa é antes de tudo pautada no diálogo, revelando saberes populares em que coordenadoras voluntárias e mulheres “igualmente livres e críticas, aprendem no trabalho comum de uma tomada de consciência da situação que vivem” (FREIRE, 2015, p. 434).

Desse modo a ação do Movimento coloca-se como pertencente ao campo da Educação Ambiental Crítica como uma prática que se fundamenta em uma tradição crítica radical da sociedade que pertence desde sua origem a um movimento contracultural e que na área pedagógica advoga por uma nova forma de educar como crítica à educação formal e busca a autonomia dos sujeitos como eixo central. Criando condições para que educandos e educadores reflitam criticamente sobre a sociedade em que vivem, problematizando as relações entre todos os seres vivos e pensando em modelos alternativos de sociedade.

Essas análises nos levam a pensar sobre como a Educação Ambiental discute sobre as desigualdades e discriminações de gênero. Como coloca Puleo (2018) é necessário que a Educação Ambiental se abra a novas formas interpretativas que privilegiem as perspectivas de gênero, uma vez que há, no mundo inteiro, mulheres que são afetadas por dois tipos de desigualdades: desigualdade no acesso aos recursos e desigualdade no reconhecimento social. As duas questões são constituintes da subalternidade e da vulnerabilidade socioambiental feminina.

Também Shiva (2004) conduz sua análise no sentido de oferecer um olhar interpretativo alternativo que compreende a pobreza de forma contrária à cultura dominante moderna e ocidental que rotula como pobres todas aquelas pessoas que não se enquadram dentro da lógica de desenvolvimento capitalista, do progresso e que vivem a partir de práticas tradicionais e sustentáveis. Nesse sentido, a autora coloca como alternativa a recuperação de princípios femininos como a vinculação com a terra, a empatia, o cuidado, a construção de sistemas de apoio mútuo que possam romper com o sistema patriarcal e transformar e ideia de progresso, crescimento e produtividade vinculando-as à produção da vida, sendo dessa forma

um projeto político, ecológico e feminista.

Assim, tendo como perspectiva o ecofeminismo, a Educação Ambiental necessita refletir criticamente sobre a subalternidade e a vulnerabilidade socioambiental feminina, discutindo pontos como a valorização dos espaços de convívio feminino, o cuidado com os humanos e os não humanos e as práticas e olhares que as mulheres desenvolvem em relação à Natureza.

Esta pesquisa ainda está na fase inicial exploratória, momento em que estão sendo levantados os problemas prioritários, formando as equipes de trabalho coletivo e a forma como serão mapeados os problemas. No momento, está sendo elaborada a estrutura das rodas de conversa, bem como os roteiros para entrevistas semiestruturadas. De mesma forma, faremos o encaminhamento dos materiais para o Comitê de Ética em Pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental. Educação Popular. Mulheres. Ecofeminismo. Pesquisa-ação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARILLO, Alfonso Torres. La investigación acción participativa: entre las ciencias sociales y la educación popular. **La Piragua:** Revista Latinoamericana y caribeña de educación y política, Lima, n. 41, p. 11-20, nov. 2015. Disponível em: <http://ceaal.org/v2/cpub.php?publica=0>. Acesso em: 20 maio 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. Edição Kindle.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** Cartas pedagógicas e outros escritos. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; TORRES, Juliana Rezende (Org.). **Educação Ambiental:** dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014. Edição Kindle.

PULEO, Alicia H.. **Ecofeminismo:** para otro mundo posible. Madrid: Cátedra, 2018.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental.** São Paulo: Brasiliense, 2014.

SHIVA, Vandana. La mirada del ecofeminismo. **Polis:** revista latinoamericana, Santiago - Chile, v. 9, p.1-10, 2004. Disponível em: <https://journals.openedition.org/polis/7270>. Acesso em: 10 nov. 2018.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 1986.